

SOBRE PESSOAS E DIAGNÓSTICOS: A experiência de Tomás no Programa *BPC Trabalho*

Valéria Aydos¹

Resumo: A partir da implementação do *Projeto Piloto de Incentivo à Aprendizagem de Pessoas com Deficiência do RS*, uma rede de especialistas, atores governamentais e empresas privadas passa a promover a inclusão desta população no mercado de trabalho. Tal ação prevê que pessoas até então contempladas pelo Benefício da Prestação Continuada (BPC) possam realizar cursos preparatórios e estágios práticos em organizações empresariais objetivando a sua contratação por meio da Lei de Cotas 8213/91. Neste contexto, as experiências de inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista trouxeram à tona o debate sobre a dificuldade de elaboração de laudos médicos e a condição deste diagnóstico como *deficiência e/ou neurodiversidade* humana, como também impulsionaram discussões teóricas e práticas sobre como as empresas podem e devem conduzir a vida laboral destes funcionários. Tomás, cuja participação no projeto culminou em seu primeiro emprego em uma empresa de Porto Alegre, é um dos jovens que acompanhei neste percurso. Minha convivência com ele e a observação de suas novas experiências de interação social com a família, os especialistas e os colegas de trabalho, permitiram-me refletir sobre os efeitos das categorias biomédicas nas práticas de gestão e nos processos de subjetivação das pessoas com deficiência, assim como sobre a forma como as pessoas habitam estas categorias e são capazes de agir sobre elas e a partir delas. A etnografia do caso de Tomás é rica para análise não apenas pelo fato de possibilitar o acompanhamento da implementação desta política pública na prática a partir da perspectiva da experiência do seu “usuário”, mas por lançar luz sobre seus efeitos nos processos de subjetivação das pessoas com deficiência, na *biopolitização* da vida e na construção simbólica e prática de novos tipos de cidadãos e ‘sensibilidades sociais’ no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Públicas - Trabalho - Deficiência - Espectro Autista - Subjetividade.

Sobre ações de governo, Tomás e ‘casos exemplares’

Conheci Tomás² em outubro de 2013, no final do primeiro ano de minha pesquisa de doutorado, quando acompanhava um curso de aprendizado para inclusão

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação de Patrice Schuch. Pesquisa financiada pelo CNPq.

² Todos os nomes próprios empregados utilizados neste texto são fictícios.

social de pessoas com *deficiência intelectual e psicossocial* no mercado de trabalho. O curso fazia parte do *Projeto Piloto de Incentivo à Aprendizagem no Rio Grande do Sul*³, cujo objetivo era capacitar pessoas para ocuparem as cotas previstas pela Lei 8213-91⁴ e possibilitar que a sua inclusão ocorresse mediante um período de atividades teóricas em uma instituição de ensino profissional⁵ e uma capacitação prática em empresas privadas que aderissem ao programa.

Tomás foi um dos onze integrantes de uma turma de aprendizes que, através de contatos de uma assistente social com os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPSI) da Zona Norte de Porto Alegre, foi selecionada e recrutada por uma empresa do ramo de comércio e serviços da cidade para participar do *Projeto Piloto*. Por ser usuário do Benefício da Prestação Continuada (BPC)⁶ como “pessoa com deficiência”, Tomás enquadrava-se no projeto como “público alvo” do programa *BPC Trabalho* de incentivo à inclusão, o qual lhe permitiu, durante o período de aprendizado (teórico e prático), receber, concomitantemente ao benefício, o salário oferecido pela empresa contratante.

Aos 20 anos de idade, Tomás é um menino franzino. Tem cabelos curtos lisos loiro-escuros, os quais diz “terem vindo da família alemã da sua mãe”, e, por trás dos grossos óculos, esconde grandes olhos castanho claros. Mora com os pais em um bairro da Zona Norte de Porto Alegre, em uma casa simples, de quatro cômodos. Sua mãe, Joana, trabalha como diarista e balconista de padaria, atribuições que lhe consomem três turnos por dia, inclusive aos domingos; seu pai, Pedro, acometido de depressão, dedica-se exclusivamente aos cuidados de Ruan, o filho caçula do casal, de 13 anos, diagnosticado com “autismo clássico”⁷.

³ Este projeto é coordenado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado (SRTE/RS) e envolve uma ampla rede de parceiros em sua implementação. Sobre o histórico de leis e decretos de regularização dos processos de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, ver: Costa, 2013. Para uma etnografia deste e do Projeto Promocional *Autismo e Mercado de Trabalho*, do Ministério Público do Trabalho do RS da 4ª Região, ver: Aydos, 2014.

⁴ A Lei 8213/91 determina que empresas com mais de 100 funcionários devem destinar de 2% a 5% das vagas do quadro de empregados beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas.

⁵ O acompanhamento da aprendizagem prática na empresa “deve ser fornecida prioritariamente pelo “Sistema S”, mas a demanda também pode ser suprida por escolas técnicas de educação e entidades sem fins lucrativos” (Costa, 2013).

⁶ Sobre o BPC, ver: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>.

⁷ Segundo especialistas por mim entrevistados, o chamado “autismo clássico” é um tipo de Transtorno do Espectro Autista (TEA) considerado mais severo. O TEA engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente: a dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, a dificuldade de socialização e a presença de um padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

Filho de pais com baixa escolaridade e renda, oriundos da zona rural do Rio Grande do Sul, Tomás traz lembranças sempre felizes dos finais de semana e das férias que passa na chácara de sua avó no interior do estado, quando alimenta os animais e “faz omeletes com ovos de gema amarelo-bem-forte das galinhas-caipira” criadas na propriedade. Em sua casa, ele tem um aquário, dois passarinhos e Scooby, um cachorro vira-latas com cuja foto compõe seu perfil do Facebook.

Tomás frequentou, até o segundo ano do ensino fundamental, uma instituição de ensino público de Porto Alegre, sem muito sucesso nos estudos, segundo sua mãe, por “ter problemas na escola”: “Um menino como ele, quando vai chegando à adolescência vai ficando difícil... Vai perdendo os amigos...”, lamenta Joana. Poucas vezes Tomás se referiu à escola durante nossas conversas; numa delas, relatou o momento em que teria se apercebido de sua condição de “pessoa com dificuldade”. Isso teria ocorrido durante as repetidas vezes, em sala de aula, quando “a professora gritava: Vou explicar *de novo, pro Tomás!*”. A exposição de sua condição cognitiva diante dos colegas marcou-o tão profundamente a ponto de tornar-se o marco divisório de sua compreensão de si mesmo e dos outros.

Depois dessa escola, onde permaneceu dos 7 aos 13 anos, transferiu-se para outra, dita “Especial”⁸. Desta ele “não gostava porque era só desenho pra pintar” e a professora dizia que eles “não iam ser ninguém na vida”. Não gostava porque “ele queria aprender as coisas”. Por duas vezes em nossas conversas, estas lembranças o remeteram à época em que “teve TOC”⁹: “Eu tinha TOC. Escovava os dentes até sangrar. E lavava as mãos também”.

Segundo sua mãe, desde que fez 18 anos até a sua entrada no programa de aprendizado para o trabalho, com 20, Tomás “passava os dias em casa sem fazer nada”, mas contribuía para o sustento da família com o recebimento do Benefício da Prestação Continuada (BPC). Joana lamenta que o menino “era deprimido, sem amigos”, e conta que “seu sonho era trabalhar”.

* * *

⁸ Escolas Especiais são aquelas onde são matriculadas apenas pessoas com deficiência.

⁹ O Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) “é um transtorno mental caracterizado pela presença de obsessões, que seriam pensamentos, impulsos ou imagens indesejáveis e involuntários, que invadem a consciência causando acentuada ansiedade ou desconforto e obrigando o indivíduo a executar rituais (compulsões) que afastariam possíveis ameaças.”. Fonte: <http://www.ufrgs.br/toc/>.

A experiência de inclusão no mundo do trabalho vivida por Tomás é parte de minha pesquisa de doutorado. A partir do ponto de vista de sua experiência individual, analiso as transformações subjetivas pelas quais passou em situações pragmáticas cotidianas ao longo do seu percurso, atentando para as “práticas pelas quais ele foi levado a prestar atenção a si próprio, a se decifrar e a se reconhecer, estabelecendo consigo uma certa relação que lhe permite descobrir [e, eu diria, transformar] a verdade de seu ser” (Foucault, 2007).

Neste artigo, atenta para realidades locais resultantes de formas particulares de governo das pessoas (Biehl; Petryna, 2013), proponho-me a entender *como* Tomás habita as categorias a ele atribuídas e como é capaz de agir sobre elas e a partir delas, na interação com os diversos atores com quem se relaciona. Esta tarefa de diálogo com Tomás, e suas interações com seus professores, sua família, seus colegas de trabalho e com os especialistas *psis*¹⁰ com quem conviveu ao longo dessa trajetória, me levou a um percurso etnográfico que busca dar privilégio às pessoas e às categorias que para elas são importantes (Biehl, 2005; 2008; com Petryna, 2013), tratando-as como êmicas e analíticas e atribuindo-as um estatuto de destaque na análise antropológica.

A etnografia que informa este texto se deu durante os anos de 2013 e 2014, quando acompanhei os fluxos e circuitos de pessoas, documentos e ideias, propostos pelas políticas de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, na prática cotidiana dos agentes nelas envolvidos. Neste percurso, realizei 25 entrevistas gravadas com agentes estatais e governamentais, gestores e funcionários de duas empresas onde realizei observações, médicos, educadores e especialistas *psis* que trabalham com inclusão no mercado de trabalho. Dentre estes especialistas, tive mais contato com Clara, psicopedagoga da instituição onde Tomás realizou o curso, e cujo cotidiano de trabalho tive a oportunidade de conhecer.

Como parte de minhas observações da prática cotidiana da política, detive-me, particularmente e com maior inserção em campo, em alguns espaços privilegiados de implementação do *Projeto Piloto de Aprendizagem*: assisti, por seis meses, na frequência de uma vez por semana, às aulas do curso de capacitação para o trabalho das quais Tomás participou e observei, também por seis meses, a rotina de sua atividade prática profissional em uma empresa em Porto Alegre. Ao longo deste período, estive em contato com Tomás em outros espaços que não o de trabalho. O visitei diversas

¹⁰ Entendo aqui como especialistas *psis* aqueles que Nikolas Rose (2007) nomeia “experts da subjetividade”.

vezes em sua casa, saímos para visitar sua mãe na padaria, comprar peixes e conhecer o bairro onde mora.

Estive presente também em alguns eventos institucionais, como na formatura do curso de aprendizado de Tomás e na entrevista de avaliação do *Programa BPC Trabalho* para a qual ele e sua mãe foram convocados por profissionais do governo federal para dar seu depoimento. Tomás, nas palavras do avaliador da política, é “público prioritário para o governo”. Ele representa a transformação pragmática e simbólica de um grupo específico de pessoas ‘dependentes’ de programas assistenciais em cidadãos ‘autônomos’ e ‘produtivos’. Sua inserção no mercado de trabalho foi um dos ‘casos exemplares’ que, aliado às pesquisas estatísticas e indicadores de desenvolvimento inclusivo, foi escolhido para ser escutado na avaliação do desempenho destes programas sociais de inclusão.

Sobre pessoas e diagnósticos

A turma de Tomás no curso de aprendizagem era composta por 13 jovens entre 16 e 25 anos, provenientes de bairros da periferia da Zona Norte de Porto Alegre. Eles haviam sido selecionados pela assistente social da empresa na qual faziam os estágios. Não tive autorização para entrevistar esta profissional, mas, segundo a responsável pela instituição de ensino, eles foram encaminhados para o curso já com os “laudos médicos atestando deficiência compatível com a lei”. Tal condição teria sido avaliada por um médico contratado pela empresa e documentada através de laudos periciais que atestaram que os jovens apresentavam diagnóstico de “retardo mental leve a moderado”¹¹.

Durante os seis meses de curso, a turma de aprendizes participou de diversas atividades, desde aulas sobre matemática básica, até treinamentos de comunicação e expressão no trabalho. Em uma das primeiras aulas sobre busca de informações na internet, enquanto eu caminhava pela sala e conversava um pouco com cada aluno, percebi que Tomás estava, durante o tempo todo da aula, no site de busca do *Google Imagens*, pesquisando fotos de peixes e aves. Quando ele notou minha presença,

¹¹ Tais referências seguem os parâmetros do DSM IV (Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais). Segundo a psicopedagoga da instituição de ensino onde realizei a pesquisa, os profissionais preferem utilizar o termo “deficiência intelectual”, por ser menos estigmatizante.

perguntei o que estava vendo. Ele me olhou e, com a fala entrecortada por uma leve gagueira, perguntou se eu “conhecia o Paulistinha Rosa”. “É geneticamente modificado. O original é preto e branco”, comentou comigo; discorrendo longamente sobre cada foto que aparecia na tela. Fiquei abismada. Como ele sabia o nome de tantas espécies diferentes de peixes? A seguir, dissertou sobre o PH da água ideal para cada espécie, sobre quais poderiam conviver pacificamente no aquário. “O Beta é agressivo. Quando a gente quer cruzar tem que colocar a fêmea em um aquário do lado. Daí vê se ele se interessa... Fica olhando... Se ele não ficar do lado dela, não pode colocar no aquário. Não tá no cio. Daí ela mata ele!”, explicou animado, com sua forma breve e direta de falar. E não era apenas sobre peixes que ele discorria com propriedade. Mostrou saracuras, galinhas, e outras aves também. Fiquei fascinada com o que considerei, como leiga em teorias do aprendizado, uma incoerência: como um menino que não teria conseguido ir além da segunda série do ensino fundamental poderia saber tanto sobre o mundo animal?

Quando a turma saiu para o intervalo, comentei com as pessoas que estavam na sala dos professores sobre o vasto conhecimento de um menino da turma que eu observava [não me lembrava na hora do nome do Tomás]. “Ah, tu conhecestes o Tomás!”, comenta uma professora da instituição. “São os interesses específicos! Ele tem autismo”.

A troca de informações entre os professores e os profissionais do setor pedagógico da instituição costuma levar em consideração as particularidades de cada aluno e, no caso de pessoas com deficiência, seus *diagnósticos* são um destes elementos. Neste dia, Clara, responsável pelo acompanhamento das turmas de aprendizado, estava na sala dos professores quando comentei do menino. Naquele momento, outros professores do curso deram início a um diálogo sobre alguns alunos com Clara: “Eu acho que tenho um outro menino com autismo na minha sala. O Antônio, tu já viu ele?”, pergunta uma professora. “Ele não tem o diagnóstico, mas tá muito na cara... Ele é estranho! Não me olha nos olhos, caminha saltitando na ponta dos pés... Às vezes fica olhando fixo e mexendo na etiqueta da blusa. Parece que está em outro mundo”.

O interesse pelo autismo realmente tomou conta da sala. Parecia que esta categoria trazia consigo uma aura de mistério e encantamento. Enquanto as professoras tiravam dúvidas e compartilhavam experiências de sala de aula com Clara, em suas

expressões era visível o interesse sobre os conhecimentos psicológicos e comportamentais que a profissional lhes trazia. Clara explicava que

“o autismo é um transtorno global do desenvolvimento, chama-se Transtorno do Espectro Autista - TEA. É formado por uma tríade que envolve dificuldades de comunicação e interação social e o desenvolvimento de comportamentos e interesses restritos ou repetitivos... Antigamente, e aqui no Brasil no dia a dia ainda se chama assim, tínhamos a Síndrome de Asperger que diferenciava do autismo mais clássico. Mas hoje se diz que dentro do espectro temos pessoas com baixo, médio e alto funcionamento. Não é um diagnóstico simples de se fazer porque é clínico. A observação de vários fatores comportamentais e, principalmente, de funcionamento são levados em consideração até que a gente possa dizer que alguém está no espectro”. (Diário de campo, outubro de 2013).

Clara me falou que havia feito a avaliação de Tomás no início do curso e compartilhado com as professoras que ele era “um menino dentro do espectro, aparentemente com um autismo moderado. Tinha boa capacidade de linguagem receptiva e expressiva, mas capacidade cognitiva abaixo da média para idade cronológica. Era o típico menino embotado, com leve alteração sensorial e pouca capacidade de atenção social ou atenção compartilhada (que seria o que podemos chamar de interação social)”.

Tomás sabia que “ele não era muito bom” em atividades que exigiam o falar; comentou comigo que “ficava nervoso”. Ao longo do curso, em muitas ocasiões ele se referiu, em tom de reprimenda, às atitudes dos colegas que não obedeciam às regras. “Eu nunca faltei”. “O Fulano dorme na aula; não presta atenção”. “O Ciclano chega atrasado, eu não” e “Eu não falo palavrão”. Mas o que mais fazia com que ele refletisse sobre si e as suas possibilidades de conseguir um emprego era com relação ao que denominava “sua dificuldade”. Comparando-se com colegas em várias aulas, Tomás por vezes elogiava o bonito desenho de um e, por outras, salientava suas qualidades cognitivas e conquistas de aprendizado. “A Gabriela não sabe fazer continha, eu sei. Eu sei fazer continha.” “Já acabei a atividade, tu viu? Antes dos outros”.

Ele estava se esforçando no curso e as professoras o escolheram como ‘funcionário do mês’ mais de uma vez. No entanto, ao longo das aulas, alguns momentos foram de visível tensão para Tomás, como no dia em que foi chamado pela professora à frente da sala para responder a algumas perguntas sobre o que haviam aprendido na aula de planejamento de vendas:

No quadro negro, a professora escreveu uma lista com as etapas do planejamento: 1) Formar a equipe de trabalho; 2) Escolher o nome da empresa; 3) Decorar o stand de vendas...

- “O que a gente fez até agora, Tomás?” - pergunta a professora. Tomás olha fixo para a professora, em silêncio.
 - “Vem aqui na frente”. - solicita a professora. O menino levanta devagar, hesitando em caminhar até o quadro negro. Ele caminha até ela, com passos curtos e os braços colados ao longo do corpo trêmulo.
 - “Olha pra todo mundo”. - pede ela com um tom de voz firme, mas suave, tentando acalmar o menino. Ele levanta e abaixa o olhar, repetidamente, até voltar a olhar para o quadro negro.
 - “O que a gente fez ontem?” - ela repete a pergunta.
 - “Doces”. - diz o menino.
 - “Doces? Fizemos doces, Tomás? Eu não lembro de a gente ter feito nenhum doce!”
- A colega Aline ajuda Tomás lembrando que a turma havia feito doces de decoração em tecido.
- “Sim, Aline, fizemos recortes de docinhos, mas pra quê?” [faz um breve silêncio e continua com a resposta] “Pra decoração. Então fizemos **decoração.**” – Corrige a professora que esperava que Tomás trouxesse para turma o assunto de vendas que estava listado no quadro.
 - “Pode sentar, Tomás.” - ela finaliza a participação do menino. (Diário de Campo, Março de 2014).

Em tal situação de exposição, importante na visão das professoras para que os aprendizes pudessem futuramente “ter coragem de encarar chefes e colegas de trabalho”, Tomás se via fragilizado. Naquele momento, lembrei que Clara havia comentado que “nas empresas devemos trabalhar diferentemente as competências das pessoas com deficiência, ao invés de desenvolvermos seus pontos negativos, devemos focar nos positivos”. Para ela, adepta de uma vertente mais comportamental da psicologia¹², uma pessoa com autismo pode, sim, “treinar algumas habilidades sociais, mas sempre terá esta área mais deficitária do que outras pessoas”, e isso deve ser levado em consideração na forma de lidar com elas e na atribuição de seus cargos e funções.

Uma das preocupações dos especialistas com quem conversei é o desconhecimento sobre o que é o autismo e os efeitos desta condição na vida das pessoas. “Não veremos um chefe cobrar que um cadeirante ande, mas é comum vermos a exigência de que pessoas dentro do espectro desenvolvam habilidades sociais, como entrosar-se com colegas ou atender ao público, o que para elas pode ser uma violência”, disse-me um psiquiatra que acompanha experiências de emprego de seus pacientes.

As conversas e cenas que presenciei em meu trabalho de campo nos levam a refletir sobre como as pessoas experienciam as deficiências e qual o espaço das categorias biomédicas nas suas vidas. Como o conhecimento de um diagnóstico de

¹² Para uma etnografia sobre as diferentes vertentes da psicologia no tratamento de pessoas com TEA, ver Lopes & Sarty, 2013.

autismo afetaria a forma como as pessoas interagem com Tomás? Como Tomás percebe a presença desta possível diferença de tratamento? Como isso afeta na forma como ele age e se entende? E o que a compreensão de sua experiência tem a nos dizer sobre o caráter produtivo das políticas públicas e seus efeitos nas vidas das pessoas? Parece-me que uma das formas de responder em parte a estas questões pode estar em escutar o que Tomás tem a dizer sobre si mesmo, colocando em suspenso os seus diagnósticos médicos.

* * *

Ao fim das aulas teóricas, observei o período de estágio prático de Tomás no setor administrativo de uma grande empresa de distribuição em Porto Alegre. Durante seis meses, ocupei uma mesa, ao lado do gerente geral, na ampla sala em que ele foi instalado e participei, uma vez por semana¹³, de seu cotidiano de trabalho.

Minha rotina de observações cumpria um protocolo bastante limitado. Tinha autorização para entrar na empresa somente às 9 horas da manhã, meia hora depois do início do expediente, tendo que deixá-la ao final do turno. Durante o período da manhã, procurava não atrapalhar o trabalho dos funcionários, limitando minhas aproximações à mesa de Tomás, com a desculpa de pegar um café, quando trocava com ele algumas palavras sobre como havia sido a semana. Tínhamos mais tempo de conversar durante o intervalo, quando fazíamos um lanche, e na hora do almoço. No entanto, estes dois momentos de convivência, após dois meses, foram-me negados pela gerente de recursos humanos da empresa.

No primeiro mês de recebimento do seu salário, acompanhei Tomás até uma loja do seu bairro que, segundo ele, “vendia galinhas também, mas agora não mais. Vende só peixes e outras coisas”. Tomás me apresentou sua adoração por ovos de galinha caipira, com “suas gemas de um amarelo-bem-forte”, que lhe traziam a mente a figura afetiva da avó, que mora em um sítio no interior do estado e é uma presença constante em suas histórias. Na loja, ele me mostrou muitos peixes e comprou cinco novas espécies para seu aquário. “Será que tá bom assim? Tu acha que compro aquele também?” Minha impressão era que ele ia levar a loja toda. Quando fomos ao balcão para o atendente registrar a nota, este, com uma intimidade que me surpreendeu,

¹³ Este limite foi negociado com a empresa.

perguntou-lhe: “Esse é qual, Tomás?”. Em resposta, ele nomeou a espécie e, a seguir, olhou-me com satisfação de dominar plenamente o assunto.

No caminho de retorno à sua casa, Tomás caminhava rapidamente pelas ruas curvas do bairro. Ao logo do trajeto, apontava a localização da loja em que alugava todos os filmes a que assistia no fim de semana, o lugar que antigamente abrigara uma sorveteria, a padaria onde sua mãe trabalhava no turno da tarde. “Eu nasci aqui. Meu irmão também...”. Falar do irmão trouxe-lhe a lembrança de que, ao chegar em casa, “tinha que cuidar para o Ruan não estressar os peixes”. “Ele é autista, sabe? Olha aqui” - e me mostrou os braços com marcas de arranhões. “Ele sacode o saco e os peixes morrem. Eles ficam estressados e morrem”, disse-me exaltado, temeroso da reação do irmão.

Naquele momento me veio a imagem do menino autista interpretado por Leonardo Di Caprio, em *Gilbert Grape – Aprendiz de Sonhador*¹⁴. O comportamento imprevisível e incontrolável do protagonista do filme, nas mais diversas situações públicas e familiares, era acolhido por uma compreensão sensível de seu irmão mais velho, interpretado por Johnny Depp. As agressões que sofria do irmão eram para Tomás um comportamento relacionado ao autismo em si e não resultado de um conflito de implicações pessoais com relação a ele.

Perguntei-lhe o que era ‘autismo’: “Ele não entende as coisas”, respondeu. “Como assim?”, questionei. “Ele não entende a morte... Não tem vergonha também”, falou, referindo-se ao fato de Ruan não se importar em aparecer sem roupas na sacada ou diante de pessoas estranhas. Estas explicações sobre a deficiência do irmão, assim como seu entendimento sobre a depressão do pai como uma enfermidade que “não lhe deixa sair de casa”, ou o seu TOC que “lhe fazia escovar os dentes até sangrarem as gengivas”, ilustram a forma concreta e intensa com que os diagnósticos habitam sua vida e a de sua família.

Quando chegamos em sua casa, enquanto Tomás tentava esconder os peixes do irmão, era visível a preocupação do pai com o comportamento de Ruan. “Valéria! Valéria!”, o menino berrava da janela enquanto eu subia as escadas. Ele havia sido avisado da visita e estava muito excitado com a novidade. Perguntei se estava tudo bem, se eu poderia entrar. “Claro, disse o pai. Ele tá bem.” E segurava as mãos do menino para evitar que me tocasse. Eu disse que não havia problema, que eu não me importava

¹⁴ No original, “What’s eating Gilbert Grape?” Dirigido por Lasse Hallström, 1993.

com as manifestações do menino. “Ele só quer te conhecer”. Ruan executava movimentos agitados e repetitivos, tal como Gilbert Grape, o menino do filme. Ia e voltava do quarto durante minha visita repetindo, ansiosamente, a mesma pergunta: “Tu vai embora de ônibus, Valéria? Tu vai embora de ônibus, Valéria?”, “Tu tá de calça preta? Tu tá de calça preta?”. Segundo o pai, “ele gostava de andar de ônibus.” “Diz que tu volta de ônibus que ele para”, alertou-me. Como previsto por Tomás, assim que Ruan viu o saco com os peixes pulou sobre eles: “Peixe!”, deixando o irmão visivelmente contrariado. Neste momento, foi levado pelo pai à cozinha, com o pretexto de “buscar um café para Valéria”!

* * *

A primeira frase de Tomás, todas as vezes em que fazíamos um intervalo para o lanche na sala de convivência dos funcionários, era sobre seus relacionamentos pessoais com os colegas, era sobre pessoas: “A Laura sentou na minha mesa do almoço ontem. Ela é minha amiga”; “A Bárbara sempre me dá oi quando eu chego”. Sempre tinha uma novidade relativa às suas trocas afetivas no espaço de trabalho, mais especificamente sobre quem mais o havia dado um “oi”. Quando lhe perguntava se estava gostando do emprego, ele respondia laconicamente: “Sim”. E, ao ser questionado sobre se queria permanecer naquela empresa ou procurar outra quando concluísse as atividades práticas do curso, respondeu: “Ficar aqui”.

Um dia perguntou se eu tinha visto que “a Kátia não cumprimentava ele”. “Acho que ela tem preconceito com pessoa que tem dificuldade”, ponderou. - “Tu tem dificuldade, Tomás?”, perguntei. Sua resposta foi a de que “a Gabriela [sua colega de curso] tem mais dificuldade, não sei se ela fica na empresa. Ela nem sabe fazer continha, eu sei”. Olhava-me fixo, parecia resgatar uma explicação para minha pergunta. Depois de uns segundos, disse: “Eu fiz cocô quando ainda tava na barriga da minha mãe”.

Na empresa, a função atribuída a Tomás foi a de dispor notas fiscais em ordem numérica e etiquetá-las. Tarefa que cumpriu perfeitamente ao longo de todo estágio. Um de seus colegas de curso, Edson, também foi designado para o mesmo setor desta empresa. A ele foi dada a mesma tarefa, mas, para queixa de Tomás, “Edson recebeu outras tarefas e aprendeu outras coisas” durante o período de adaptação dos dois.

Clara, psicopedagoga que acompanhou a turma do Tomás ao longo de todo curso na instituição de ensino, também realizou as visitas de avaliação de estágio dele na empresa. Embasada em seus conhecimentos sobre Análise Aplicada do Comportamento (ABA)¹⁵ e neurociências cognitivas, a psicopedagoga auxilia também as empresas a escolherem as melhores funções e espaços de trabalho para pessoas com TEA e orienta os gestores, ou colegas de setor a como lidarem com eles:

“Trabalhos que exijam rotina e sejam repetitivos não são um problema para eles. Pelo contrário! Eles se acalmam com a rotina. Ficam desorganizados quando há um imprevisto ou quando precisam tomar decisões por si mesmos frente a muitas opções. O manejo com eles deve ser mais diretivo: - Agora tu vais separar estas notas. - Agora tu vais colocá-las nas caixas. Quando acabar, me avisa que eu te dou outra tarefa. Se tu chegar pra eles e perguntar: 'O que tu achas de fazer tal coisa ou outra?' Ou: 'Que tal ir ver o estoque?' Eles vão se perder, tu vais deixá-los nervosos.” (Fala de Clara em visita a uma empresa, quando auxiliava um gestor a lidar com uma pessoa diagnosticada com TEA).

Tomás permaneceu o tempo todo do estágio na sessão de etiquetamento das notas fiscais. Pegava a etiqueta, olhava o número, achava na folha grande e colocava em ordem. Pegava outra etiqueta e continuava esta tarefa durante as 4 horas do turno da manhã. Maurício, o gerente do galpão de estoque, comentou comigo que “não dá pra saber se ele tá bem, se tá gostando ou não do trabalho. Ele fica ali, sempre com aquela mesma cara, com esse jeitão dele”. “Não fala muito ele, né!?”, me perguntou um dia. Maurício comentou que eles “até tinham pensado em colocar ele lá no Correios pra mudar um pouco de setor, pra ver se ele gostava mais de outra função”, mas que Tomás, ao ver a altura das prateleiras teria “petrificado”:

“Ele ficou parado ali na entrada do depósito! Congelou. Perigoso isso! E se vem uma empilhadeira? Os caras andam rápido naquelas máquinas. Não dá pra botar ele lá. E o computador a gente tentou ensinar, mas ele não pegou o sistema... Eu não sei o que ele tem... Disseram que o cara é autista. Eu já trabalhei com PcDs¹⁶, a gente tem uns [deficientes] físicos, sem um dedo e tal, problema no braço, mas não com esse tipo [de deficiência]. É novo pra mim.”

Quando cheguei no último dia do estágio de Tomás, ele levantou o olhar das etiquetas e notas fiscais com que se ocupava no momento e me olhou com o seu

¹⁵ A Applied Behaviour Analysis (ABA) ou Análise do Comportamento Aplicada (como é mais conhecida no Brasil) é uma abordagem da psicologia comportamental que foi adaptada e aplicada ao ensino de crianças com autismo. Baseia-se nos princípios de reforço positivo, solicitações graduais, repetição e as divisões das tarefas em pequenas partes, ensinadas inicialmente em separado. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_do_comportamento_aplicada.

¹⁶ A sigla “PCD” é um termo recorrente para referência a “Pessoas Com Deficiência” que são contratadas nas cotas da lei 8213/91 no meio empresarial.

característico sorriso nos lábios. Quando estava concentrado em colocar em ordem numérica as etiquetas de pedidos da loja, ele ficava sério, de testa franzida. Quando levantava para ir ao banheiro ou pegar um café, seguia caminhando a passos curtos, braços estáticos ao lado do corpo, mirando fixo o destino final do trajeto, sem descompor o sorriso.

- “Eu sempre fico sorrindo, né?!” - Um dia me perguntou.
- “É?” Retornei a pergunta.
- “Sim, eu tô sempre sorrindo. As pessoas me dizem que tô sempre sorrindo... Por que, heim!?”
- “Sei lá, Tomás, acho que é porque queres ser simpático com as pessoas, não? Por que tu achas?”
- “Eu sorrio quando fico nervoso.”
- “E quando tu fica nervoso?”
- “Não sei... Sempre.”

Neste dia, me olhou fixo umas três vezes com o tal sorriso em menos de 30 segundos. Estava visivelmente agitado, e eu já sabia o porquê. Naquele dia ele receberia uma importante notícia do RH da empresa: seria ou não efetivado após seu estágio de quatro meses como aprendiz no Centro de Distribuição de produtos de uma grande loja de departamento de Porto Alegre.

- “Tu sabe que ele teve um ataque de ansiedade ontem, né?” - veio logo me contar o seu Paulo quando cheguei. “Ficou branco, tremia todo que nem vara verde. Suava as mãos, reclamou de dor de barriga. Tu não pode fazer nada?”, me perguntou. “Fala lá pra eles no RH que não se faz isso com o menino! A gente que é forte, saudável, já fica ansioso com essas coisas, imagina ele!” (Diário de campo, agosto de 2014).

Seu Paulo, funcionário experiente, de mais idade e muito querido por todos, foi escolhido para ser a primeira pessoa responsável pelo Tomás quando ele chegou na empresa. Segundo o gerente, “Tomás estava bem amparado, o Seu Paulo é uma pessoa paciente e afetiva”. Seu Paulo me falou que o pessoal da gerência havia lhe dito que “tinha que ficar de olho nele” e “lhe repassar tarefas fáceis de fazer”. A escolha foi colocar em ordem e etiquetar as notas fiscais de produtos da loja.

Nas primeiras semanas fui abordada algumas vezes pelos colegas de trabalho de Tomás, os quais pareciam curiosos em saber o “diagnóstico” do menino. “Ele é estranho, afinal, o que ele tem?”, perguntou-me um funcionário. Eu disse que “eu estava apenas acompanhando o estágio e só sabia que ele estava nas vagas de aprendizes com deficiência” - o que achei que eles já soubessem. Descobri depois que a empresa não havia esclarecido aos colegas de Tomás sobre o diagnóstico de autismo, sobre o qual eu

havia sido informada no curso, mas que “corriam boatos sobre esta condição no setor que estava trabalhando”. Fiquei irritada em ver a centralidade do ‘tipo de deficiência’ nas preocupações das pessoas com relação a Tomás, mas, por outro lado, refletia sobre o fato de que, se nas aulas teóricas do curso de aprendizado as professoras, sabendo de suas fragilidades, já colocavam o menino em situações de vulnerabilidade, imagina em uma empresa, e sem este conhecimento?

Perguntei para um colega como Tomás estava indo no trabalho. “Ele está bem, mas não se relaciona. Aqui na empresa isso conta pra ser efetivado. Tem que se integrar com o grupo. No almoço ele fica sozinho, não senta com as outras pessoas no refeitório. O Edson fazia companhia pra ele, mas agora se enturmou com a gurizada do depósito e almoça com os guris”.

Tomás chegou todos os dias 30 minutos exatos antes do seu horário de trabalho. “7:30 ele já tá aqui”, elogiou um colega que trabalha no setor de atendimento ao cliente. No dia final do estágio, Tomás me perguntava sobre todas suas possíveis “falhas” e lembrava do seu único dia de atraso. “Tive que voltar em casa pra trocar de roupa. Tava todo molhado. Caiu um temporal.”, e continuou, nervoso, a demandar minha opinião sobre seu desempenho: “Tudo que me pedem eu faço, né? Eu não faltei nenhum dia. Tu acha que eu vou ficar!?”. O esforço para ser um bom funcionário parecia não ser suficiente para que Tomás correspondesse às exigências de “perfil” da empresa. Sua trajetória até ali parecia lhe impor uma barreira social (Diniz; Santos, 2010) que estava além da sua vontade individual.

Eu sabia das estratégias de algumas empresas de contratarem turmas de aprendizes apenas para ganhar dois anos de prazo para cumprir a lei de cotas. Imaginava também que, se fosse pela vontade dos gestores, Tomás não ficaria. Presenciei vários telefonemas e reações de descontentamento do gestor geral com a “pouca produtividade dos PCDs” e o fato de “não poder demiti-los por faltarem ao trabalho”. Além disso, a presença de Tomás, na visão do RH da empresa, exigia um responsável permanente por seu trabalho, alguém que verificasse quando ele havia finalizado uma leva de etiquetas e lhe entregasse outra, uma vez que havia sido observado que ele não parecia ter “proatividade” para solicitar novas tarefas. Ao acabar, “ficava ali parado aguardando a solicitação do que fazer”, comentou um colega do setor. Tal fato foi visto como um problema para a empresa, pois demandaria um funcionário disposto a incorporar tal responsabilidade a uma sobrecarga de trabalho já extenuante. Mas, na fala do gerente geral, que sentava ao meu lado nas manhãs em que acompanhei o estágio, a não

contratação não parecia uma opção já que “a empresa tem que cumprir a cota”. “Fazer o quê?”, reclamou quando comentava sobre os atrasos constantes de Edson, aprendiz da turma de Tomás, “acho que a gente vai ter que encostar eles aí”.

O dia da notícia de que Tomás seria, *sim*, contratado foi, com certeza, um dos mais emocionantes de sua trajetória (e o mais intenso que vivi como pesquisadora)! Ao final da manhã, os aprendizes foram chamados na sala da gerente de recursos humanos e, após uns 15 minutos de muita espera angustiada de minha parte (pois não permitiram que eu os acompanhasse), voltaram com enormes sorrisos nos lábios! Tomás e Edson haviam sido aprovados no período de aprendizagem e teriam, pela primeira vez em suas vidas, a carteira assinada! Tomás, ao voltar da sala da gestora, seguiu em direção a sua mesa para acabar o expediente, mas, a excitação era tanta, que não conseguiu. No meio do caminho, quebrou o protocolo de trabalhar ininterruptamente e mudou o trajeto, vindo em minha direção. Com ele parado frente à minha mesa perguntei: - “E aí?” - “Sim.”, disse ele com aquele sorriso nos lábios. - “Parabéns, meninos!”, disse aos dois, “você merecem muito!”. Edson, com os olhos mareados, pulava e dançava sacudindo os braços. - “Tô estranho, acho que não posso receber notícia boa”. Tomás, após uns minutos sem esboçar palavra, trêmulo, parado em minha frente, disse, com a voz embargada: “Consegui!”.

* * *

No dia de levar a carteira de trabalho de Tomás para que fosse efetivado, combinei de encontra-lo junto com sua mãe na frente da empresa. Ela estava um pouco contrariada porque a renda da família iria baixar. Durante o período do curso, Tomás recebia o salário da empresa acrescido do BPC, mas, agora, com a contratação como funcionário regular, ele perderia o benefício. “Vai ficar mais difícil pra gente, né. O pai já não consegue aposentar [no INSS, por depressão] porque exigem três meses de internação no Espírita¹⁷. Como fica o Ruan? ... Mas é o sonho do Tomás trabalhar, né. A gente tem que dar um jeito.”, ela comenta.

Joana relata que trabalha como diarista três dias da semana, até às 16h, na casa da mesma patroa. Nos outros três dias faz faxina em outras casas e, todos os dias, de segunda a sábado, do final da tarde até às nove da noite, “pega na padaria” perto de

¹⁷ Joana refere-se a um hospital psiquiátrico chamado “Hospital Espírita de Porto Alegre”.

casa. “Tenho só o domingo pra dar conta de toda casa, quando não trabalho domingo também. Tu viu como tava quando tu foi lá, né? Não dá, menina! E o pai não dá conta porque com o Ruan é 24 horas.”

Antes da responsável pelo RH chegar, Joana manifestou seu descontentamento: a empresa havia assegurado a ela que Tomás iria trabalhar num turno de seis horas, incluído o sábado, e que, agora, adotando outro discurso, expôs-lhe a necessidade de diminuir a sua carga horária, o que implicaria, necessariamente, em perda salarial. Contrariada, a mãe de Tomás baixa o tom de voz e me diz que “eles não estavam se explicando direito... Disseram que é porque precisa de uma pessoa pra ficar com ele e que a empresa não tinha ninguém disponível pra esse tempo todo”. Joana havia entendido que a empresa justificava a redução da carga horária com o argumento do diagnóstico de autismo do filho exigisse de atenção especial: “Disseram que ele é autista! Ele não é autista, autista é o Ruan... que, né”... E reproduz um movimento repetitivo de balanço do corpo, sacudindo os braços, me lembrando do irmão do Tomás.

A compreensão da mãe sobre o autismo do irmão não era nem de perto a ideia que ela fazia da condição de Tomás. O contraste entre Tomás e Ruan tornava incompatível, na experiência da família, a inclusão de ambos dentro de um mesmo espectro de transtorno do desenvolvimento, como havia sido mencionado pela gerente de recursos humanos e avaliado pela psicopedagoga.

Quando chega a gerente, Joana logo reage: “Ele pode aprender. Pode puxar dele que ele faz, ele trabalha”. A funcionária, sem saber como conduzir a situação, limitou-se a um comentário pragmático: “Mas não tem problema, o que importa é se ele tem alguma coisa pra entrar na cota. Ele tem laudo, né?”, pergunta. A mãe diz que “ele tem laudo de retardo leve, acho que é isso que tá lá... Se for por isso, não. Podem puxar dele que ele consegue fazer as coisas.” E em voz mais baixa repete olhando pra mim: “Autismo tem o Ruan”. A gerente de RH explica então que: “não era por isso que tinham diminuído a carga horária dele”, mas sim porque “a empresa não tinha um funcionário disponível para cuidar dele por mais tempo”.

O diagnóstico de autismo, que havia chegado aos ouvidos dos funcionários, não correspondia com o laudo que a mãe tinha em mãos, feito pelo médico, e nem era o mesmo que sua mãe construía em sua vivência com o filho. Mesmo que, para a burocracia da empresa, o diagnóstico parecesse pouco importar para o preenchimento da vaga de Tomás nas cotas da lei, a prática de gestão de redução de carga-horária combinada evidenciava que o menino estava sendo visto como uma pessoa que

requereria um “cuidador”. Esta avaliação importava, sim, para Joana, pois não era como alguém ‘dependente’ e ‘incapaz’ de trabalhar sozinho ou de aprender que ela avaliava seu filho. A situação era ainda agravada por conta de que a sua experiência com a categoria ‘autista’ a remetia à condição do filho caçula e não à de Tomás.

A atitude da funcionária nesta cena evidenciava quais pessoas, quais corpos são possíveis de habitar o espaço da empresa e a quais é negado este direito. O fato de Tomás ser nomeado como “autista”, reforçado pela reação de negação deste diagnóstico por sua mãe, o tornava mais estranho, mais problemático, menos capaz do que seu colega de curso para o mercado de trabalho. Tomás, por sua vez, presenciava a cena em silêncio, sentado ao lado da mãe. Com as costas curvadas, a cabeça baixa e os braços em cruz entre as pernas, não proferiu palavra e nem se moveu durante toda a conversa. Às vezes me olhava rapidamente, como que querendo me falar algo. Parecia mais envergonhado na presença da mãe. Quando a mãe contestou a diminuição de sua carga horária, se remexeu na cadeira, desconcertado. Sua expressão me dizia que estava com medo de não ser contratado. Neste momento, Joana percebeu a inquietação do filho e disse: “Mas a gente faz o que pode. Ele quer trabalhar, tem que trabalhar”.

* * *

A formatura da turma de Tomás contou com toda pompa política de um evento promovido pelo Estado. Lá estavam as autoridades da Superintendência Regional do Trabalho, a direção da instituição de ensino, as professoras e os familiares dos estudantes. À abertura do evento marcada oficialmente pela execução do hino nacional, seguiram-se os discursos de autoridades responsáveis pelos órgãos do governo e instituições envolvidas nos programas de inclusão. Cumpridas as formalidades, os aprendizes de três turmas desfilaram guiados pela orgulhosa professora do curso preparatório. Tomás, agradecido, observou: “essas professoras nasceram pra ensinar”. O ponto alto do evento foi quando uma menina, de aproximadamente 20 anos, oradora da turma, levantou-se de sua cadeira posicionando-se em frente à plateia para ler o seu discurso. Sua fala, entrecortada, como a de quem há pouco aprendera a ler, traduzia, emocionada, o agradecimento aos professores que acreditaram e confiaram nela e em seus colegas.

“Acredito que todos os colegas, quando iniciaram esse curso, ficaram nervosos e com medo. Aprendemos a conviver com os demais num ambiente de trabalho, sem gritaria,

brincadeiras, apelidos e exageros de acessórios. (...) O nosso muito obrigado pelo carinho e pela paciência. O nosso muito obrigado” (Diário de campo, 27 de novembro de 2014).

A festa oferecida após a cerimônia de conclusão do curso contava com a presença de apenas quatro aprendizes da turma de Tomás: ele, Edson, Amanda e Sônia. Destes, somente Tomás e Edson haviam permanecido no emprego. Fiquei ao lado de Joana na plateia, como sua convidada. Ela, geralmente contida, estava falante e animada naquele dia, descrevendo-me em detalhes a compra da roupa nova que Tomás insistira em usar na formatura. Contou-me também dos outros colegas de Tomás que não foram efetivados nos empregos. Segundo ela, “alguns não tinham quem os orientassem, daí sozinhos não conseguem ter uma rotina.” “O Fulano, por exemplo, não tem ninguém por ele. Como é que um menino com dificuldades que mora num quartinho nos fundos da casa da avó, largado lá, vai levantar todo dia pra ir pra o emprego?”; outros porque “acharam o trabalho exaustivo demais para os filhos” ou porque “a família não quis porque o salário ficava pouco”.

Joana referia-se ao salário mínimo proporcional ao meio turno (quatro horas diárias) contratado pela empresa, decrescido do BPC no ato de registro da carteira de trabalho. A lembrança da questão financeira fez com que comentasse comigo que “o INSS havia lhe acionado pelo não cancelamento do BPC de Tomás”. “Me trataram que nem bicho, quase me chamaram de ladra. Disseram que eu tinha que ter cancelado o benefício desde o início. Mas eu sabia que não. As professoras da escola, que são pessoas informadas, tinham me dito que era só depois dele ser contratado na empresa. Esse tempo, sim, eu fui deixando, não pude largar o serviço... Mas desde antes não, né?”, me perguntou.

Eu falei que não sabia, mas que a fiscal da Superintendência Regional do Trabalho estava na festa e poderia ajudá-la. Prontamente ela pediu que eu a apresentasse e foi conversar com a fiscal. Uma semana depois, fui chamada para acompanhar Tomás e sua mãe em uma reunião de avaliação do *Programa BPC Trabalho* por agentes do Ministério do Desenvolvimento Social do governo federal.

Após a reunião, tomando um sorvete, Tomás, incrivelmente radiante, contou-me as novidades da empresa, engatando, incessantemente, uma frase na outra, em uma velocidade que eu até então não havia presenciado: “Tu sabia que a Laura fez um Facebook pra mim? Eu baixei uma foto dela sem querer [*risos*]. Agora tu pode me adicionar!” Laura se tornara a primeira paixão de Tomás. “Ela é minha amiga”, me

falou. “Ela disse que tenho que voltar a estudar. O Reinaldo, [seu gerente direto] também. Ele disse que eu nem pareço mais que tenho dificuldade, que aprendo as coisas!”. Tomás está esperando uma vaga em uma Escola EJA de seu bairro, segundo ele, trabalhará de dia e estudará à noite.

Sobre autismo, subjetividade e políticas de inclusão

Ao longo de meu percurso etnográfico, privilegiei na escuta o que Tomás tinha a me dizer sobre si mesmo, buscando entender os efeitos das categorias biomédicas em sua vida cotidiana e na percepção que tem de si mesmo. Meu foco era compreender como ele habita as categorias a ele atribuídas e como é capaz de agir sobre elas e a partir delas.

Tomás me falava o tempo todo sobre *relações*, questionava se as pessoas gostavam dele ou sobre o que pensavam dele. Contou-me sobre como ele aprendeu coisas novas, fez novas amizades e se apaixonou. Pensou sobre si intensamente durante suas novas experiências, agiu sobre suas dificuldades de interação social e modificou as pré-concepções ou os desconhecimentos que eu e os colegas de trabalho tínhamos sobre “uma pessoa com autismo”. Ele agiu sobre sua dificuldade de olhar para as pessoas quando falava com elas, foi criando coragem de se expor em evidência para poder ir ao banheiro ou pegar um café. Ao fim de um ano no projeto, ele se questionou sobre sua “dificuldade” – sua própria maneira de falar da “deficiência”, nominada pelos especialistas de outras formas. Tomás era pontual, responsável e comprometido tanto com as aulas quanto com suas tarefas na empresa. Disciplinado e prestativo, logo foi visto como uma pessoa “de confiança” – “qualidade difícil hoje em dia no mercado de trabalho”, segundo seu Paulo, seu primeiro gestor. Para a mãe, Tomás é uma pessoa “responsável e de bom coração”; “todos disseram isso pra mim lá na empresa”, falou, orgulhosa, quando o filho foi contratado.

Na experiência de Tomás, provavelmente diferente da de outras pessoas que se entendem como ‘no espectro autista’ (Ortega, 2008; com Choughury, 2011), o diagnóstico dos especialistas parece pouco informar sua subjetividade. Tomás não fala desta categoria e parece não se enxergar como a habitando. É sua vivência do que diz ser “sua dificuldade” que informa sua compreensão de si neste sentido. As dificuldades de “aprender rápido” e de “fazer amizades”, seu “sorriso constante” e seus episódios de

fragilidade emocional, como quando “teve TOC”, são elementos que informam como ele percebe e habita suas “deficiências”, mas não o remetem ao diagnóstico de autismo a ele atribuído pelos especialistas.

Dizer que Tomás não habita a categoria ‘autismo’ não deslegitima o saber especialista, mas contribui para sua compreensão do ‘outro’ ao informar que nem sempre as categorias biomédicas são compartilhadas pelas pessoas e que diagnósticos são diferentemente habitados por elas, podendo ou não constituir parte de sua subjetividade, como vemos, por exemplo, entre membros do movimento da *neurodiversidade* (Ortega, 2008).

Especialistas afirmam que o diagnóstico do TEA é complexo; que o espectro é amplo e fluido, podendo apresentar diferentes formas e graus de comprometimento. Os indícios comportamentais que embasam o diagnóstico da psicopedagoga e dos professores sobre Tomás são também por ele acionados, de outras formas, quando fala de si mesmo. No entanto, parecem remeter a outra subjetividade que não a nomeada pelos especialistas como pessoas *com* Transtorno do Espectro Autista, nem pelo movimento da neurodiversidade como uma identidade “neurodiversa”. Esta, em nossa sociedade, sob o rótulo de “autismo”, parece estar sob o estigma do corpo perigoso e da mente fragilizada que, a qualquer alteração no ambiente, pode reagir imprevisivelmente, gerando uma desordem indesejada – noção estereotipada e homogeneizante, decorrente em grande parte por “não sabermos muito sobre autismo”, e menos ainda sobre “a pessoa com autismo e os detalhes prosaicos de sua vida diária” (Fitzgerald, 2015, p.397).

No leque de “deficiências” possíveis para que Tomás tivesse direito à política social, “retardo mental” foi a escolhida pela mãe para relatar à gerente de RH e ao profissional do governo. Naquele momento ela pareceu menos perigosa e mais provável de ser aceita dentre os tipos de subjetividade legítimas no mundo do trabalho. Já Tomás, frente a um novo mundo, transforma-se em uma pessoa que “nem parece que tem dificuldade”.

Estudos antropológicos sobre as políticas públicas (Schuch, 2009; 2012; Teixeira, 2012) têm mostrado que elas não apenas possibilitam o alcance a direitos de cidadania, mas, como práticas socioculturais (Shore, 2010), têm um caráter produtivo, transformam realidades e constroem novas subjetividades e sensibilidades sociais.

No cotidiano laboral de Tomás, a realidade da exigência de um “sujeito autônomo, responsável e gestor dos próprios riscos, que deve se adaptar e aprimorar

suas capacidades e habilidades para atingir demandas de um mercado cada vez mais competitivo” (Ortega, 2008; 2011; Rose, 2007), entra em disputa com os princípios éticos das políticas de inclusão social das pessoas com deficiência, como *o direito ao cuidado*. (Diniz; Santos, 2010) e a necessidade da construção de formas de sensibilidades sociais mais inclusivas. “Incluir” Tomás no trabalho significa ter a compreensão de que pode ser difícil para ele ter a atitude de ir até o gestor e solicitar nova tarefa, ou esperar que ele tenha a iniciativa de expressar insatisfação com suas atividades e sugerir mudanças para organização. Mas, mais do que isso, significa entender que ele tem direito ao acompanhamento de um monitor ou tutor, não apenas durante o período de aprendizado (Costa, 2013), mas para que sua permanência na empresa e o desenvolvimento de suas habilidades sejam possíveis.

A ideia de que uma “pessoa com dificuldade” tem direito a um “cuidador” para promoção da sua inclusão social lança luz sobre a necessidade de problematizarmos o caráter individualista com que a autonomia, enquanto qualidade central para o alcance da cidadania, ainda é pensada em nossa sociedade. Isso implica em colocarmos em foco a ideia de direito à igualdade pela interdependência humana (Diniz, 2012) nos debates e nas práticas de promoção da justiça e da qualidade de vida de pessoas com deficiência.

Referências

AYDOS, Valéria. “Deficiência, trabalho e políticas públicas: Os modos de gestão das políticas de inclusão social das pessoas com deficiência nas organizações empresariais”. **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal, RN, 2014. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1406654637_ARQUIVO_ArtigoREESCRITOVValeriaAydos-GT83-DeficienciaTrabalhoePoliticasPublicas25-07.pdf.

BIEHL, João. “Antropologia do devir: psicofármacos - abandono social - desejo”. In: **Revista de Antropologia**. Vol. 51, n. 2. SP, USP, 2008, p. 413-449. Disponível em: (online).

BIEHL, João e ESKEROD, Torben. “Introduction”. *A new World of Health* e “Patient-Citizenship” Will to live. AIDS therapies and the politics of survival. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2007, p. 01-49 e 281-371.

BIEHL, João; GOOD, Byron e KLEINMAN, Arthur . “Introduction. Rethinking Subjectivity” In: _____. **Subjectivity**. Ethnographic Investigations. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2007, p.1-23.

BIEHL, João. **Vita**. Life in a Zone of Social Abandonment. Berkeley / Los Angeles / London, University of Clifornia Press, 2005.

BIEHL, João; PETRYNA, Adriana (eds.). **When People Comes First**. Critical Studies in Global Health. New Jersey / Oxfordshire-UK, Princeton University Press, 2013.

COSTA, Ana Maria Machado da. Inclusão gradual no trabalho: aprendizagem profissional. In: PASSERINO, L.; BEZ, M.R.; PEREIRA, A.C.C. (orgs). **Comunicar para incluir**. Porto Alegre/RS, CRBF, 2013, v.1, p. 61-79.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo, Brasiliense, 2012.

DINIZ, Débora; SANTOS, Wederson. Deficiência e direitos humanos: desafios e respostas à discriminação. In: DINIZ, Débora; SANTOS, Wederson (orgs). **Deficiência e discriminação**. Brasília: Letras Livres; Ed. da UNB, 2010.

FASSIN, Didier. Another Politics of Life is Possible. In: **Theory, Culture and Society**, 2009, 26 (5): 44-60. (on line).

FITZGERALD, Des. Autism, Ignorance and Love. **Science and Culture**, Routledge, 22:3, 2013, p.394-400. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09505431.2012.742501>.

FOUCAULT, M. Introdução. A problematização moral dos prazeres. **História da Sexualidade 2**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, [1986] 2007, p. 7-32.

LOPEZ, Rosa Maria Monteiro; SARTY, Cynthia. Eles vão ficando mais próximos do normal... Considerações sobre normalização na assistência ao autismo infantil. In: Ideias. Campinas, n.6, nova série, 1, 2013, p.77-98.

ORTEGA, Francisco; CHOUGHURY, Suparna. ‘Wired up differently: Autism, adolescence and the politics os neurological identities. In: **Subjectivity**. Macmillan Publishers, Vol. 4, 3, 2011, p. 323-345.

ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. In: **Mana**. N.14(2), 2008, p. 477-509.

ROSE, Nikolas. “Introduction” e “Neurochemical Selves”. In: **The Politics of Life Itself**. Biomedicine, Power and Subjectivity in the Twenty First Century. Princeton, Princeton University Press, 2007.

SCHORE, Cris. Le antropologia y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la ‘formulación’ de las políticas. In: **Antípoda**. Revista de Antropologia y Arqueologia. Bogotá, n.10, jan, 2010, p.21-49. Disponível em: <http://antipoda.uniandes.edu.co/view.php/147/view.php>.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça**. Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

SCHUCH, Patrice. Justiça, Cultura e Subjetividade: Tecnologias jurídicas e a formação de novas sensibilidades sociais no Brasil. In: **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. XVI, num. 395 (15), 2012.

TEIXEIRA, Carla. A produção política e os manejos da diversidade na saúde da população indígena brasileira. In: **Revista de Antropologia da USP**, vol. 55, n.2, 2012, p. 567-608. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/59296/62332>.